

Preservação e valorização do acervo documental dos movimentos sociais no oeste catarinense: a experiência desenvolvida pelo Ceom

Elison Antonio Paim^{*}

Ademir Miguel Salini^{**}

Denise Argenta^{***}

Mirian Carbonera^{****}

Sirlei Antoninha Kroth Gasaretto^{*****}

Resumo

Apresentamos neste espaço alguns resultados decorrentes do desenvolvimento do projeto “Preservação e valorização do acervo do Ceom – patrimônio cultural do Oeste de Santa Catarina: conhecimento, cidadania e inclusão social”, desenvolvido com o patrocínio do BNDES. Concebido e executado pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, programa permanente de pesquisa e extensão da Unochapecó. A produção ora apresentada decorre da higienização, catalogação e pesquisa nos acervos produzidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e pelo Movimento das Mulheres Camponesas, movimentos sociais nascidos da relação direta com o processo histórico do desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Organização de acervos. Movimentos sociais. Centro de memória.

^{*} Coordenador geral do projeto. Mestre em História pela PUC/SP e Doutor em Educação pela Unicamp, professor da Unochapecó. E-mail: elison@unochapeco.edu.br

^{**} Graduado em História, documentalista responsável pela organização do acervo documental, integrante da equipe do Ceom. E-mail: adsalini@unochapeco.edu.br

^{***} Graduada em Filosofia, educadora patrimonial do Ceom, responsável pela exposição “Movimentos: Lutas Camponesas no Oeste Catarinense”. E-mail: deniargenta@unochapeco.edu.br

^{****} Mestra em História pela Unisinos, técnica em arqueologia do Ceom, integrante da equipe responsável pelo projeto. E-mail: mirianc@unochapeco.edu.br

^{*****} Mestra em História pela PUC/SP, pesquisadora responsável pela produção acadêmica do projeto. E-mail: skgaspareto@yahoo.com.br

Considerações preliminares

No Oeste Catarinense o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) – hoje Movimento de Mulheres Camponesas MMC) –, o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), entre outros, atribuíram novos significados à ação política e construíram outras formas de sociabilidade, distribuição fundiária, organização cooperativa, que se tornaram referências nacionais para o entendimento da constituição histórica brasileira e de seus sujeitos sociais.

Tanto o MST quanto o MMC envolveram-se no projeto de organização, preservação e disponibilização da documentação para pesquisa, exposições e trabalhos educativos. São dois acervos de reconhecido valor nacional, dando, assim, a possibilidade de entendimento de suas permanências, rupturas, momentos de inflexão e relação com a história nacional. Na perspectiva de se firmar e se compreender em suas singularidades, faz-se necessário valorizar, recuperar e preservar a memória documental do processo de formação e constituição desses atores sociais.

O projeto apresentou como objetivos: organizar o acervo documental relativo ao MMC/SC e MST/SC disponível no Ceom, buscando identificar temáticas indicativas produzidas no decorrer do processo histórico de for-

mação destes atores sociais; organizar cronologicamente o processo histórico de constituição do MMC e MST; relatar as produções teóricas relativas à existência de tais movimentos sociais; indicar subsídios temáticos que poderão responder a futuras pesquisas sobre os movimentos sociais.

A pesquisa foi construída em várias etapas. Inicialmente, aplicamos um questionário a acadêmicos de todos os cursos e a alguns professores da Unochapecó, lideranças dos movimentos e população em geral. Foram distribuídos mais de cem instrumentos visando a um levantamento prévio do entendimento das pessoas sobre os movimentos e o que elas gostariam de saber sobre estes. Num segundo momento, trabalhamos na perspectiva da construção de uma cronologia histórica dos dois movimentos, realizando o levantamento do que já havia sido produzido sobre estes e que está à disposição no Ceom.

Outra atividade desenvolvida a partir dos acervos do Movimento dos Sem Terra e do Movimento de Mulheres Camponesas foi a exposição “Movimentos: lutas camponesas no Oeste de Santa Catarina”, elaborada após a pesquisa sobre os acervos de ambos. Planejada para ser uma exposição itinerante, vem circulando em diferentes espaços. Os diversos trabalhos desenvolvidos no decorrer do projeto foram divididos em três momentos: inicial-

mente, o trabalho técnico de higienização, catalogação e organização do acervo; num segundo momento, a pesquisa histórica sobre o MST e o MMC.

A organização dos acervos

O projeto “Preservação e valorização do acervo do Ceom – patrimônio cultural do Oeste de Santa Catarina: conhecimento, cidadania e inclusão social” teve como objetivo viabilizar, de forma adequada, a preservação e valorização do patrimônio cultural do Oeste de Santa Catarina, numa perspectiva integradora entre produção de conhecimento, construção de cidadania e inclusão social, pela preservação de acervos documentais de relevância para a história regional e nacional.

As ações planejadas priorizaram os fundos documentais do MST e do MMC, que foram transferidos dos seus locais de guarda originais em suas respectivas sedes ao Ceom. Um termo de acordo estabeleceu a realização de higienização, catalogação e acondicionamento pelo Centro de Memória. A devolução dos acervos às suas instituições ocorrerá ao final das atividades. Fez parte desse processo também a formação de uma coleção documental dos movimentos sociais, que ficou sob a guarda do Ceom, composta por documentos digitalizados e/ou cópias físicas de valor histórico previamente-

te selecionado e que estão disponíveis para a pesquisa.

A higienização dos acervos documentais constitui-se numa das etapas mais importantes no que se trata de documentos históricos. Camargo e Bellotto (2006, p. 42) a definem como “retirada da poeira e outros resíduos estranhos aos documentos, por meio de técnicas apropriadas com vistas à sua preservação”. Assim, a higienização é uma etapa indispensável no processo de preservação e conservação documental.

Tanto o MST quanto o MMC possuem grande quantidade de fotografias, aproximadamente 12 mil, mais 140 caixas poliondas com documentos em suporte de papel, 2 500 livros, 300 fitas VHS e 42 fitas K7. Para a realização do processo de higienização nos acervos foi necessário o trabalho de estagiários, que desempenharam as atividades relativas à documentação suporte papel, às fotografias e limpeza e descrição das fitas VHS e K7.

Identificamos os documentos por meio do “Formulário de identificação técnica”, elaborado pela equipe técnica, objetivando organizar as informações para a criação do arranjo documental. A constituição do arranjo documental foi a etapa mais complexa do trabalho, pois envolveu planejamento e pesquisa na elaboração dos organogramas institucionais. No entanto, a pesquisa

possibilitou-nos o entendimento da origem e das atividades-fins para que o documento foi produzido, para poderemos reuni-los por grupos funcionais. Por meio dos grupos funcionais compreendemos a trajetória de existência dos movimentos sociais. No MMC, temos então: Lutas, Organização de Base, Formação, Agricultura Camponesa, Direção Executiva, Via Camponesa, Gestão Financeira e Patrimonial. Já no MST os grupos identificados são: Lutas, Ocupação, Assentamentos, Formação Política, Educação, Cultura e Lazer, Área Administrativa.

A organização do acervo documental relativo ao Movimento das Mulheres Camponesas e do Movimento dos Sem Terra disponíveis no Ceom e na sede dos dois movimentos em Chapecó apresenta aspectos do processo histórico de formação desses atores sociais. Com a organização documental procuramos evidenciar sua fundação e constituição, permitindo serem lidos de forma cronológica, explicitando como se dá o processo de mobilizações e lutas.

Cronologia do movimento de mulheres camponesas

Nascido na década de 1980, o MMC/SC propõe a libertação da mulher, o fim da opressão e da exploração e a transformação da sociedade. Motivado pela bandeira do reconhecimento e valorização das trabalhadoras rurais,

desencadeou lutas como a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário-maternidade, aposentadoria,...), participação política, entre outras. Entretanto, na década de 1990 experimentou dificuldades na participação das lutas, advindas das mudanças na economia, na política e na disputa de idéias que então acontecia no mundo. Foi nessa conjuntura que cresceu a consciência de que o fortalecimento do movimento passava, também, pela necessidade e valorização das jovens camponesas. Entretanto, o processo de constituição deste movimento em suas diferentes práticas sociais pode ser visualizado por meio de alguns elementos que o próprio movimento registrou cronologicamente.

Em 1^o/5/1983, no então distrito de Chapecó Nova Itaberaba, as mulheres agricultoras realizaram sua primeira reunião específica para pensar sobre os problemas encontrados no seu cotidiano, sendo destacados: discriminação; igualdade entre homens e mulheres, necessidade de organização, sinalizando para a realização de um segundo encontro para aprofundar “Quais as causas desta situação?”

Nesse encontro assumiram como compromisso o encontro com outras mulheres; escolher uma comissão de organização; definiram como suas principais bandeiras de luta a aposentadoria, a sindicalização, o atendimen-

to médico hospitalar e o reconhecimento da profissão de agricultoras.

O conteúdo central relativo ao ano de 1983, especificado e debatido na primeira reunião das agricultoras, a busca de unidade e de juntar mais mulheres para somar forças nas suas lutas, resultaram no lema amplamente divulgado no Encontro Regional realizado em 8/3/1984: “Mulheres unidas, jamais serão vencidas”.

O Encontro Regional contou com a presença de mais de quinhentas mulheres, procedentes de oito municípios da região Oeste de Santa Catarina, e teve como preocupação central a construção de um espaço próprio de mulheres agricultoras dispostas a lutar para mudar a realidade vivida. De acordo com relatos do evento, as mulheres afirmaram: “Nossa organização não é ser contra os homens.” Fica, pois, explícito o objetivo de construir um movimento de mulheres que queriam lutar. A visibilidade das mulheres agricultoras cresceu. Os meios de comunicação social, que até então apresentavam uma imagem da mulher como “colona”, passaram a publicar notícias referentes à nova organização de caráter popular, camponês e feminista.

Em 1985 realizou-se o 2º Encontro Regional, contando com mulheres agricultoras de 15 municípios, representando os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Neste evento as

mulheres decidiram participar do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; lutar por uma Constituinte que garantisse o direito à Previdência Social para agricultoras, que assegurasse preços justos aos produtos. A principal discussão deste encontro girou em torno da unificação das lutas e necessidade de somar forças, pois nesse momento fazia parte da pauta de reivindicações das mulheres a aposentadoria aos 45 anos para elas. Foi deliberada neste ano a realização de um “abaixo-assinado” das mulheres requisitando o direito à aposentadoria, que, depois de coletadas as assinaturas, foi entregue ao governo federal em Brasília.

Em meio às suas lutas, as agricultoras foram às ruas, proporcionando maior divulgação deste novo ator social emergente. Esta foi a marca de 1986: “As mulheres foram para as ruas em busca de direitos.” O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, foi gradativamente sendo caracterizado pelas agricultoras como sendo um dia de luta e de resistência. No ano de 1986, o Dia Internacional da Mulher foi marcado pelo Movimento de Mulheres Agricultoras na luta contra a dominação e exploração da mulher e pela autonomia do movimento. Aconteceram encontros de mulheres agricultoras em 25 municípios do estado de Santa Catarina.

As mulheres sem terra conquistaram o título de posse em projeto de assentamentos. Neste ano eleitoral as mulheres debateram sobre a importância da participação política da mulher na sociedade, inclusive nos espaços institucionais; as agricultoras se organizaram e apoiaram abertamente a candidatura de Luci Choinaschi, uma das co-fundadoras do movimento, que foi eleita deputada estadual, a primeira mulher camponesa a ocupar cargo na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Aconteceu a Primeira Assembléia Interestadual, que contou com a presença de 85 mulheres dos estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O principal tema de debate foi a necessidade de reconhecimento da profissão de trabalhadora rural. As mulheres elaboraram um documento básico que referendava a luta pelo reconhecimento da profissão.

Em 12/8/1986, na cidade de Xanxerê - SC, aconteceu uma grande concentração, contando com a presença e participação de 1 500 mulheres, oriundas de 73 municípios e que recolheram as cem mil assinaturas referentes aos direitos da aposentadoria; assim, uma comissão representativa de 36 mulheres foi a Brasília entregar o documento ao governo. Os encontros, reuniões e atividades realizadas pelo movimento nos municípios reafirmaram o trabalho de base, garantindo grande expressão

na concentração massiva de mulheres. Nos diversos municípios da região Oeste de Santa Catarina as mulheres realizaram seus encontros municipais em preparação ao III Encontro Estadual das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina

Em 1987, a forte expressão residiu na tentativa e esforço de construir a “luta conjunta”. O MMA realizou a 2ª Assembléia, que debateu sobre a sindicalização da mulher e sobre a organização interna enquanto movimento; as mulheres assumiram a participação nas greves, no fechamento de bancos e rodovias. No ano de 1988, o MMC realizou sua 3ª Assembléia, que trabalhou o lema: “Semeando justiça, brotando liberdade”. As mulheres estudaram, debateram e reafirmaram a necessidade de construir um movimento específico, com autonomia das agricultoras e caracterizado como um movimento de classe, visto que as agricultoras pertencem à classe trabalhadora; realizaram lutas em defesa da saúde e intensificaram a luta pelo bloco de produtora rural como necessidade para comprovação da profissão.

Com apenas cinco anos de lutas as mulheres culminaram 1988 como um ano de conquistas, entre as quais podemos destacar: conquista do espaço público (o sair de casa); a participação na política institucional (eleição da primeira camponesa para a Assembléia Legislativa de Santa Catarina – Luci

Choinaschi – líder do movimento); participação ativa pela conquista de direitos na Constituição de 1988; direito de sindicalização estendido às mulheres... Em 1989, o Dia Internacional da Mulher foi trabalhado e vivido numa grande concentração de mulheres em Nova Itaberaba, berço do MMA/SC, que culminou com o envio de agricultoras a Florianópolis, dando prosseguimento às lutas pela aposentadoria.

Houve a concentração de oitocentas mulheres em Florianópolis, para na Assembléia Legislativa realizar audiência com o governo do estado para tratar da aposentadoria. Ao mesmo tempo, fizeram a denúncia de assassinato de lideranças da classe trabalhadora. O ano de 1989 foi marcado por conflitos internos, sendo o grande questionamento: Qual é a razão de ser deste movimento autônomo?

O ano de 1990, foi marcado pela realização da 4ª Assembléia Estadual cujo lema foi: “Mulheres organizadas jamais serão pisadas”. Dois tipos de debates faziam parte da luta das mulheres neste ano: o aprofundamento sobre a temática das relações sociais de gênero e classe e as questões relativas à produção e reprodução. As mulheres organizaram a formação e mobilização em Chapecó; continuaram o debate da participação política da mulher na sociedade, visto ser um ano eleitoral, e desta vez elegeram Luci Choinaschi como deputada federal.

Em 1991, foi o momento de reorganização e articulação das mulheres em todas as dimensões de seu movimento. O trabalho de base contemplou a necessidade de organizar finanças para continuidade das lutas. O MMA realizou a coleta do quilo; fez e participou em celebrações comunitárias; intensificou-se a formação de quadros. Foram realizados seminários “Produção e reprodução”, bem como estudaram o regimento e lei da previdência.

Em 1992, as assembleias municipais, regionais e estadual constituíram e reforçaram o processo formativo de lutas e de organização deste movimento. O Dia Internacional da Mulher foi marcado como mais um dia de luta e resistência, trabalhado na cidade de Xanxerê. As agricultoras realizaram acampamento em Florianópolis. As lutas giraram em torno de ocupação dos prédios do INSS nas delegacias regionais, pressionando para conquista de direitos. Foram realizados seminários e intensificada a formação das agricultoras com debate de gênero, classe e Mercosul. Em 1992 as mulheres registraram o recebimento das primeiras aposentadorias.

No ano de 1993, em comemoração aos dez anos de luta e organização, o movimento realizou um grande mutirão com o lema: “Da luta não fujo, na luta continuaremos”. Foram explicitadas como principais bandeiras de luta: salário maternidade, reforma agrária,

saúde da mulher, fim da violência, direito de participação política da mulher na sociedade.

As mulheres intensificaram o trabalho de divulgação e reorganização do MMA através de trabalho inicial em 65 municípios; materiais informativos: fitas K7, camisetas, broches, cartazes, bandeiras; bandeiras de luta: salário maternidade, reforma agrária e não a revisão constitucional

Conquista: aprovação do projeto na Câmara – luta conjunta com outros estados e entidades; formação: programação específica para mulheres, coletivo de formação, realização de cursos com metodologia participativa na perspectiva da educação popular; o papel da mulher na produção e política de alianças; projeto político na ótica de gênero.

Nesse ano o movimento realizou concentrações regionais de mulheres agricultoras, assumindo a discussão política em relação às eleições de 1994; aprofundou o debate em torno da importância de uma assessoria incorporada à luta do movimento; realizou a jornada de lutas em Florianópolis, reivindicando salário-maternidade, crédito e investimento para agricultura, fim da violência contra mulheres; organizou o debate fazendo a reflexão em torno da realidade favela x roça; desenvolveu pesquisa participante em conjunto com o Departamento de

Estudos Sindicais dos Trabalhadores Rurais (Deser) em 12 municípios com mais de setecentas mulheres trabalhadoras rurais entrevistadas. Em todo trabalho realizado esteve presente a utopia trabalhada pelas camponesas: “nova sociedade, novas relações, nova humanidade”.

Em 1994, o lema assumido em 1993 em memória de Margarida Alves – líder assassinada – “Da luta não fujo”, teve continuidade, ao qual acrescentaram: “Na luta continuaremos”. Esse ano foi marcado pela inserção e envolvimento das mulheres nas lutas gerais da classe trabalhadora através do “Grito da terra”; intensificou-se a luta pelo salário maternidade. O movimento deu continuidade à prática de reunir massivamente as agricultoras através do congresso, que culminou com uma concentração reunindo mais de dez mil pessoas, contando com a presença de lideranças nacionais e internacionais, como Rigoberta Menchú, guatemalteca, prêmio Nobel da Paz; frei Beto, Marta Hernaech, dom José Gomes, Luiz Inácio da Silva, Lula, entre outros.

Uma representação do MMA/SC participou no I Congresso Latino-Americano de Organização do Campo.

Em 1995, com o lema “Organizar – libertar – construir – na luta sempre mulher”, o MMA montou uma peça de teatro, cujo conteúdo se encontra no li-

vro *Guia dos direitos da mulher*. O teatro foi organizado pelas próprias mulheres, ensaiado e apresentado pelos filhos e filhas de agricultoras. Nesse ano, em homenagem à luta pelos direitos humanos, o MMA fez o lançamento do livro *Guia dos direitos da mulher*.

As mulheres continuaram participando do “Grito da Terra” e investiram na organização, formação e lutas. Nesse mesmo ano, além da ida a Brasília para pressionar o governo na luta pelos direitos, foi realizado o 2º Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, fortalecendo a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). Deram continuidade ao mutirão de organização e preparação das assembléias municipais e regionais, estudando e debatendo questões relativas à redefinição das linhas políticas do MMA.

Em 1996, o MMA realizou a 6ª Assembléia Estadual, que teve como lema “Mulher construindo cidadania”. Em abril aconteceu a Jornada de lutas pela saúde. As agricultoras participaram da marcha pela reforma agrária; aconteceu a Iª Caravana MMA/SC. Diante dos novos problemas enfrentados na agricultura, a luta pelo crédito de emergência fez parte da agenda do movimento. Buscando trabalhar elementos da cultura e dos valores no movimento, aconteceram os festivais da canção; participação efetiva na romaria contra violência no campo e pela

reforma agrária; intensificou-se o trabalho de organização, fortalecendo os grupos de base. Nesse ano aconteceu a derrubada do projeto da previdência social do governo, o qual pretendia retirar direitos trabalhistas.

Em 1997, com o lema “Mulher construindo cidadania”, o dia 12 de agosto foi marcado pela II Caravana do MMA no estado de Santa Catarina, culminando com uma grande concentração de mulheres em São Miguel d’Oeste. Foi realizado o II Festival da Canção Estadual; teve início o trabalho de formação, estruturado em cinco etapas com grupos de produção. Iniciou o debate em torno do direito à escolarização com discussões do curso de ensino fundamental e de ensino médio para mulheres trabalhadoras rurais. Uma representação de mulheres agricultoras marcou participação na I Conferência Latino-Americana de Mulheres de Organização do Campo e II Congresso de Organizações do Campo (CLOC).

Em 1998, o lema que norteou os trabalhos foi “Unidas contra o neoliberalismo por justiça, saúde e igualdade”. O MMA/SC realizou a 7ª Assembléia Estadual, com o lema “Mulher, beleza, garra e vida, nova sociedade sendo construída”; reafirmou a luta por uma agricultura agroecológica.

Ações diferenciadas marcaram a luta das mulheres nesse ano. Foi realizado o seminário em preparação ao

8 de março em 15 regionais, tratando basicamente a temática sobre saúde. Uma mobilização reuniu 15 mil pessoas em Nova Itaberaba, berço do MMA; dessa mobilização partiram caravanas das agricultoras a Brasília e Florianópolis pela aprovação da Projeto de Emenda Constitucional 169/93 e entrega de abaixo-assinado.

Em 28/5 as mulheres realizaram audiência com a Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina em Chapecó.

O movimento realizou Seminário de Formação com conselheiros e conselheiras de saúde; preparação para a VII Assembléia Estadual e realização das assembléias municipais. Nos municípios de Irati e Quilombo, em 12 agosto, as mulheres participaram da marcha, em conjunto com movimentos do campo, contra a violência no campo e pela reforma agrária

Em 1999, o MMA participou da “Marcha nacional a Brasília” e, com seis ônibus de mulheres, da 1ª Assembléia Nacional da Consulta Popular. No estado de Santa Catarina foram realizados festivais regionais da canção e de poesia, seminários regionais de saúde.

O ano de 2000 marcou o dia 8 de março com o “Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais” em Brasília, com o qual, através da luta e pressão das agricultoras, conseguiram retirar do Congresso Nacional o proje-

to de reforma da previdência. Intensificou-se o debate sobre agricultura agroecológica por meio de seminários regionais sobre a produção de alimentos. As mulheres coordenaram e participaram da campanha de plebiscito contra o pagamento da dívida externa. Tiveram continuidade os trabalhos das oficinas regionais sobre DSTs e aids.

Em 2001, houve grande participação das mulheres no 1º Fórum Social Mundial em Porto Alegre - RS. No dia 8 de março aconteceu um grande acampamento estadual de mulheres trabalhadoras rurais em Florianópolis. Aconteceram várias audiências reivindicando direito à saúde, agricultura, crédito para as mulheres, reforma agrária e educação. Participaram de manifestação contra os transgênicos e privatizações.

Realizaram assembléias municipais e regionais e a 8ª Assembléia Estadual em Concórdia - SC, com o lema “Filhas da terra na construção de um projeto novo”. Deliberaram pelo início das experiências concretas de agricultura agroecológica; definiram novo programa de formação para dirigentes.

Em 2002, as lutas foram marcadas por atos regionais e panfletagem, denunciando o modelo de agricultura química e os transgênicos, em 8 de março; organização de oficinas regionais de produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças;

participação na disputa eleitoral que elegeu o primeiro presidente que tem sua origem na luta popular; pesquisa sobre a violência praticada contra as mulheres agricultoras, em 14 municípios, abrangendo todas as regionais do estado; continuidade na coordenação dos debates pelo plebiscito contra a Alca e Base de Alcântara; participação no 2º Fórum Social Mundial em Porto Alegre - RS, onde o MMA apresentou o projeto de Produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças; continuidade no programa de formação para dirigentes.

Em 2003, o movimento participou no 3º Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Em 8 de março realizou-se uma grande mobilização estadual no município de Curitiba - SC, cujo caráter nacional se definiu por ser contra a guerra e contra o modelo agrícola neoliberal; foram apresentadas as experiências na produção de sementes crioulas de hortaliças no Seminário Estadual em Curitiba.

O movimento apresentou ao governo federal sua proposta de reforma da previdência e nesse ano conquistaram o Programa Nacional de Recursos para Agricultura Familiar (Pronaf), mulher nas linhas C e D. Teve continuidade o processo de formação com o primeiro curso estadual das jovens do MMA/SC. Realizaram vários seminários regionais, apresentando o resultado da pesquisa sobre violência contra

a mulher agricultora; organizaram oficinas municipais de produção de sementes crioulas de hortaliças e oficinas regionais de reeducação alimentar e saúde. Desenvolveram o mutirão dos vinte anos no MMA/SC com trabalho de base nos municípios, discutindo a necessidade de unificação das lutas das mulheres e criação de um movimento autônomo único no Brasil. Em agosto aconteceram os encontros regionais dos vinte anos de movimento.

A partir de 8/3/2004, o MMA/SC passou a fazer parte do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Brasil. Houve todo um processo de debate e de organização construindo com as bases esse novo caráter do movimento, que culminou e foi aprovado no estado por ocasião da IXª Assembléia Estadual, realizada nos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2004, no município de Itapiranga - SC. Este contou com a presença de mais de setecentas mulheres agricultoras/camponesas, vindas de 74 municípios, organizadas em 14 regionais.

Esse momento foi marcado também pela rediscussão e aprofundamento teórico de alguns temas, como o conceito de “camponês”, que vinha perdendo espaço político para o conceito de “agricultura familiar” e que passou a ser vivido com intensidade pelas mulheres camponesas, visto que são elas as primeiras a lidarem com a produção do alimento.

Foram lembrados os 21 anos de história, de organização e de luta pela libertação da mulher, nos quais o MMC/SC sempre buscou formas de preservar valores e princípios de vida, justiça e fidelidade na luta pela construção da nova sociedade – socialista.

Através da Carta da IX Assembleia Estadual, o movimento deliberou:

Somos o MMC/SC, pois compreendemos que camponesas são todas aquelas mulheres que de uma ou de outra forma produzem comida, são agricultoras, pequenas proprietárias, catadoras de pinhão, pescadoras artesanais, seringueiras, entre outras. Avançamos em nossas experiências de lutas nos estados e gradativamente viemos construindo uma unidade nacional que hoje se expressa em nossa ferramenta de luta que é o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil.

Nossa IX Assembleia Estadual de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina aconteceu num momento histórico importante para a luta de libertação das mulheres camponesas, pois neste ano consolidamos o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil – MMC/Brasil. Brasília 08/03/2004 – I Congresso Nacional do MMC/Brasil!

Através do movimento aprendemos que nós mulheres descobrimos a agricultura e somos as guardiãs das sementes crioulas. Esta sabedoria, encontra sua referência na construção de um Projeto Popular de Agricultura, a agroecologia. Este aprendizado trouxe para nossos grupos de base a certeza de que é possível construir novas relações entre os seres humanos e destes com a terra, com a água e com a natureza. O mode-

lo de agricultura química, agronegócio, não serve para nós.

Nosso caráter, enquanto movimento, continua sendo: autônomo, democrático e popular, de classe, de luta, socialista e construtor de novas relações de igualdade.

Avaliamos nossa ação na sociedade. Reconhecemos a importância de nossa luta, entretanto percebemos que temos muitos desafios a assumir:

Aprofundar nosso trabalho através da organização de base, da formação, das lutas de gênero e classe, reanimando nosso espírito de resistência, garra e coragem.

Dar continuidade à luta para consolidar o Projeto Popular de Agricultura Agroecológica. Reafirmamos a continuidade das práticas de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças e a luta pelo crédito especial para as mulheres.

Assumir as bandeiras de luta pela saúde, pelos direitos, contra a violência e as lutas gerais da classe trabalhadora contra o modelo neoliberal.

Trabalhar para que cada vez mais possamos conquistar nossa autonomia, organizando as finanças de nosso movimento.

É bom salientar que o termo “camponês” adquire significado neste trabalho, primeiro, porque está em debate a perspectiva de construção de um projeto agroecológico de agricultura camponesa a partir da mulher camponesa e da família camponesa. Da mesma forma, porque o movimento de mulheres nesse momento se assume nacionalmente como Movimento de Mulheres Camponesas, aglutinando forças que unificam as lutas políticas

organizativas das mulheres do campo enquanto identificação social. As mulheres entendem que, na perspectiva das lutas e concepções dos movimentos da via camponesa, a delimitação conceitual de camponato é um exercício político. A história e a teoria são elementos importantes para uma maior compreensão. Da primeira demarcamos sua natureza e, da segunda, as diversas interpretações a respeito de sua existência e perspectivas.

Em 2005, o fortalecimento da luta em defesa da vida e da transformação social foram temas que nortearam as atividades. Nos dias 7 e 8 de março o MMC realizou mobilizações nas regionais, entre as quais se destaca a regional de São Miguel d'Oeste, Chapecó e São Joaquim. Realizando caminhadas e atos públicos, as mulheres apresentaram sua pauta de reivindicação aos ministros Amir Lando, da Previdência Social, e Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário, e ao governador do estado Luiz Henrique da Silveira. No dia 7 pela manhã, caravanas de diversos municípios da região Oeste de Santa Catarina se encontraram no trevo de acesso a Chapecó pela BR 282. Outras caravanas foram para São Miguel do Oeste. As mulheres fecharam a rodovia em Chapecó por 15 minutos e em seguida se dirigiram para a praça central, onde foi montado o acampamento. Em São Miguel a concentração também foi na praça da cidade. À tar-

de, as trabalhadoras rurais caminharam até o prédio da Previdência Social, onde o representante da instituição recebeu as reivindicações de ampliação dos direitos sociais e enviou a pauta ao ministro da Previdência.

Um novo projeto popular de agricultura camponesa e encaminhamentos imediatos para resolver o problema da estiagem que afeta a região há dois meses foram as reivindicações da mobilização no dia 8. A pauta foi entregue na secretaria regional do governo estadual, na unidade avançada do Incra e no Banco do Brasil.

O Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil promoveu uma série de atividades, marcando a passagem do Dia Internacional da Mulher. Mais de vinte mil mulheres estiveram reunidas, realizando marchas nas capitais e cidades, panfletagens, atos públicos com governos locais e órgãos do governo federal – Ibama, INSS, Incra –, protestos em frente a multinacionais – Bunge, e várias audiências federais e estaduais, ligadas à pauta de reivindicações do MMC-Brasil. Intercalando essas mobilizações, as mulheres camponesas estudaram temas como agronegócio, agricultura ecológica, saúde, previdência... As atividades promovidas pelo MMC-Brasil foram realizadas na segunda-feira e na terça-feira, dia 8 de março, nos estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Alagoas, Acre, Rondônia, Maranhão, Pará, Rio Grande

do Sul, Espírito Santo, Paraná, Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Tocantins, Amazonas, Bahia, Roraima, Mato Grosso e Goiás.

Uma comissão de dirigentes do MMC realizou audiências em Brasília - DF apresentando a pauta de reivindicações das mulheres ao governo federal. No dia 7 aconteceu a audiência no Ministério da Previdência Social. No dia 8 foram realizadas audiências com Luiz Dulce, secretário geral da Presidência da República, e com Humberto Costa, ministro da Saúde. A comissão de mulheres permaneceu na capital federal, onde realizou, no dia 9 de março, audiências no Ministério do Desenvolvimento Agrário, com Nilcéia Freire, secretária especial de Políticas para as Mulheres, e com um grupo interministerial que discutiu os problemas oriundos da seca na região Sul.

O MMC-Brasil também participou das atividades promovidas pela Marcha Mundial das Mulheres, em São Paulo, onde aconteceu o lançamento da Carta Mundial das Mulheres à Humanidade. Representado por 45 mulheres da região Sul, o MMC realizou o lançamento da carta em todas as mobilizações deste dia 8 de março. No dia 12 de março aconteceu um ato público em Porto Xavier, na divisa entre o Brasil e a Argentina, quando as camponesas brasileiras fizeram a entrega simbólica da carta e da colcha de retalhos que começou a ser confeccionada

em São Paulo e receberá a contribuição de mulheres de todo o mundo.

A partir de 2005 as ações e atividades realizadas pelo MMC/SC são planejadas nacionalmente e executadas nos estados, tendo em vista as diferentes realidades. Em Santa Catarina se intensificou o trabalho na formação e educação das jovens camponesas; a educação formal passou a ser incorporada pelo MMC como uma das bandeiras de luta. Criaram-se coletivos de trabalho com expressão em temáticas, como violência, projeto popular de agricultura e sementes crioulas, saúde, formação/educação, equipe de elaboração e proposição do MMC.

No ano de 2006, nos dias 24 e 25 de janeiro, o Movimento de Mulheres Camponesas realizou em Chapecó - SC um seminário sobre Biodiversidade e Sementes Crioulas. O evento reuniu cerca de 150 participantes, procedentes dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul; e em março, ocorreu em Curitiba. Além de mulheres camponesas, participaram também representantes de outros movimentos sociais ligados à Via Campesina, como o Movimento Sem Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Pequenas Agricultores (MPA).

Ao longo dos 24 anos de existência do MMC/SC é possível verificar que, como movimento social, sua característica se dá na articulação constante

de luta pelos direitos, luta de resistência e, mais recentemente, na luta de enfrentamento ao modelo de sociedade capitalista e patriarcal.

Cronologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um movimento de massa, de caráter sindical, popular e político e que luta pelo direito da terra, reforma agrária e mudanças na sociedade. Dito de outra forma, é um movimento político-social brasileiro que visa não apenas à realização da reforma agrária, mas luta pela transformação da sociedade. Teve origem na oposição ao modelo de reforma agrária imposto pelo regime militar, principalmente na década de 1970, que priorizava a colonização de terras devolutas em regiões remotas, com objetivo de exportação de excedentes populacionais e integração estratégica.

Contrariamente a esse modelo, o MST busca a redistribuição de terras. O movimento foi se constituindo e teve origem nas articulações das lutas pela terra nos estados do sul do país, tendo em algumas regiões ficado as marcas de uma história de lutas.

Em 7 de outubro de 1979, agricultores sem terra do Rio Grande do Sul ocuparam a gleba Macalli, em Ron-

da Alta, Rio Grande do Sul; em 1980, em Santa Catarina trezentas famílias conquistaram a Fazenda Burro-Branco; no mesmo período, em São Paulo, Andradina, quatrocentas famílias ocuparam a Fazenda Primavera. Nesse mesmo ano, MST realizou seu Encontro Nacional em São Paulo, reunindo sem-terra de todo o Brasil

Em 1981, no Rio Grande do Sul, setecentas famílias acamparam em Encruzilhada Natalino, município de Ronda Alta. No ano de 1983, em Nova Ronda Alta - RS, os sem-terra do sul comemoraram a conquista da terra.

Em 1984, através da Comissão Pastoral da Terra e movimento sindical, iniciou em Santa Catarina a organização do MST. Em 25 de julho daquele ano foi realizada a primeira manifestação pública em frente à sede do Incra de Chapecó. Foi encaminhado um levantamento dos latifúndios improdutivos, possíveis de desapropriação. Já no final do ano ocorreu o primeiro encontro estadual, em preparação ao I Congresso Nacional, que aconteceu em Curitiba em janeiro de 1985. Em 1984, em Cascavel - PR, o MST foi fundado oficialmente. No ano seguinte, já organizado nacionalmente, aconteceu o 1º Congresso Nacional dos Sem Terra.

Trata-se de uma história que começou no final da década de 1970, em plena ditadura militar. O país vivia em clima de “milagre brasileiro”, período caracterizado pelo desemprego, fome e

migração dos camponeses para as cidades. O processo de mecanização da agricultura imposta pelos governos militares resultou na expulsão de assalariados, arrendatários e parceiros do campo. De acordo com relatos de membros do MST, havia camponeses que acreditavam que podiam se organizar e resistir trabalhando na terra (Secretaria MST/SC). Nos dias 21 a 24 de janeiro de 1984 foi realizado o primeiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com representantes de 12 estados.

O 1º Congresso Nacional, ocorrido nos dias 29 a 31 de janeiro de 1985 em Curitiba - PR, contou com a presença e participação de 1 500 delegados, representando 23 estados brasileiros. Nesse congresso foi tomada uma decisão política que definiu as ocupações como forma de luta mais eficiente em defesa da reforma agrária. As palavras de ordem “Reforma agrária na lei ou na marra” e “Sem reforma agrária não há democracia” espalharam-se pelos estados brasileiros como motivação para a luta pela terra. A partir do retorno desse congresso, intensificou-se a luta pela reforma agrária no Oeste de Santa Catarina, com a ocupação dos latifúndios.

Em 25 de maio de 1985 ocorreram as grandes ocupações em Abelardo Luz e na região de São Miguel d'Oeste. Eram duas mil famílias vindas de to-

dos os cantos do Oeste, com um único objetivo: conquistar a terra para nela trabalhar. Um verdadeiro palco de lutas: de um lado, a imprensa, os latifundiários...; do outro, as comunidades dos sem terra, a Igreja, sindicatos e outras organizações populares.

Iniciaram-se as negociações com o governo do estado e Incra. Em 30 de maio de 1985 continuaram as ocupações de áreas em Abelardo Luz. Em 3 de junho foi firmado, então, o primeiro acordo, pelo qual o governo e o Incra se comprometiam, dentro de 120 dias, em assentar duas mil famílias. Em 2 de setembro de 1985, pela primeira vez na história de Santa Catarina, os sem terra ocuparam a Superintendência Estadual do Incra.

Em novembro de 1995, cerca de 820 famílias, no município de Passos Maia, região Oeste do estado, ocuparam novas áreas. Realizou-se o I Congresso Infantil Nacional, do qual participaram 125 crianças dos assentamentos e acampamentos de Santa Catarina. O MST de Santa Catarina participou do III Congresso Nacional, que contou com cinco mil delegados, representantes de todos os estados da federação em que o MST está organizado.

Em Santa Catarina, nesse mesmo ano, desenvolveram-se intensamente as discussões em torno da necessidade de agroindustrialização, como proposta de viabilidade econômica e como

forma de enfrentar a força das grandes agroindústrias.

Em 1986 passaram a integrar o movimento nacional os estados do Nordeste, e em 1987 aconteceu a primeira ocupação da região Nordeste na fazenda projeto 4045, em Alcobaça - Bahia.

No terceiro Encontro Nacional, realizado em 1987, foi aprovada a bandeira do MST, e no II Congresso, realizado em Brasília, em maio de 1990, foi aprovado o hino do Movimento Sem Terra, e a palavra de ordem escolhida foi: “Ocupar, resistir e produzir”. Por ocasião do III Congresso Nacional, foi aprovada a palavra de ordem “Reforma agrária, uma luta de todos”.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra define-se como um movimento aberto a todos os trabalhadores, independentemente de raça, credo, religião, filiação partidária ou outras características culturais e regionais, podendo ingressar e pertencer ao movimento, desde que respeite os princípios e normas do movimento.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem como base a articulação para a luta pela terra, pois afirma não acreditar que o governo, o Estado ou as classes dominantes farão a reforma agrária por iniciativa própria. Portanto, o trabalhador deve se organizar e lutar para conquistar a reforma agrária, sem cair em ilusões de esperar por soluções milagrosas há tantos anos prometidas.

Durante o processo histórico do MST, lutas semelhantes foram acontecendo nos demais estados do sul, em Mato Grosso e em São Paulo. Em cada estado surgiram ocupações de trabalhadores rurais. Parcelas significativas da sociedade brasileira foram, no decorrer das lutas sociais, aderindo às propostas e às ocupações dos sem terra, que se transformaram em manifestações pela volta da democracia em todo o país.

Aos poucos o MST foi entendendo que conquistar a terra é importante, mas não basta. É preciso conquistar também crédito, moradia, assistência técnica, escolas, atendimento à saúde e a outras necessidades da família sem terra. Gradativamente, o movimento descobriu que a luta não é apenas contra o latifúndio, mas contra o modelo econômico neoliberal.

Assim, foram organizados acampamentos, ocupações de fazendas, sedes de instituições públicas e de multinacionais, marchas, greves de fome e outras ações políticas. De acordo com a concepção dos movimentos sociais camponeses, a conquista dos direitos como forma de sobrevivência no campo passa, necessariamente, pela luta, que se expressa nas diferentes formas de pressão. Entre essas se destaca a ocupação de prédios públicos, no sentido de dialogar diretamente com os responsáveis pelas políticas públicas,

bem como a viabilização da reforma agrária.

Eventos como a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária partiram de diversos estados e chegaram a Brasília em 17 de abril de 1997 – um ano após o massacre de 19 trabalhadores em Eldorado dos Carajás. Em agosto de 2000 realizou-se o 4º Congresso Nacional, também em Brasília, com a participação de 11 mil sem-terra, marcando a memória de luta do MST.

Atualmente, o MST atua em 23 estados, envolvendo mais de 1,5 milhão de pessoas; cerca de 350 mil famílias foram assentadas através desta luta e em torno de oitenta mil vivem em acampamentos.

Existem hoje cerca de quatrocentas associações de produção, comercialização e serviços; são 49 cooperativas de produção agropecuária (CPA), com 2 299 famílias associadas; 32 cooperativas de prestação de serviços, com 11 174 sócios diretos; duas cooperativas regionais de comercialização e três cooperativas de crédito, com 6 521 associados.

São 96 pequenas e médias agroindústrias, que processam frutas, hortaliças, leite e derivados, grãos, café, carnes e doces. Tais empreendimentos econômicos do MST geram emprego, renda e impostos, beneficiando indiretamente cerca de setecentos pequenos municípios do interior do Brasil.

Aliada à produção está a educação: cerca de 160 mil crianças estudam da 1ª a 4ª série nas 1 800 escolas públicas dos assentamentos. São cerca de 3 900 educadoras(es) pagas pelos Municípios, desenvolvendo uma pedagogia específica para as escolas do campo. Em conjunto com a Unesco e mais de cinquenta universidades, o MST desenvolve programa de alfabetização com aproximadamente 19 mil jovens e adultos nos assentamentos.

Dentre os diversos programas e projetos educativos está o Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos (Pronera), desenvolvido pelo Incra em convênio com universidades brasileiras e parceria com o Movimento dos Sem Terras. Este programa existe graças às lutas e reivindicações do MST, o qual possui o entendimento de que não basta conquistar a terra; é preciso nela permanecer e produzir, e dentre as muitas condições destaca-se a educação de jovens e adultos. A Unochapecó efetivou o convênio com o movimento e desenvolveu cursos de formação para monitores do Pronera.

Estão em andamento em universidades de sete estados – PA, PB, SE, ES, MT, MS e RS – cursos de pedagogia e magistério para formar novos educadores(as). Há também a formação de técnicos em administração de assentamentos, cooperativas e em magistério, para colaborar com o trabalho

desenvolvido nos assentamentos, através da Escola Técnica Josué de Castro, em Veranópolis - RS.

Em 2001 iniciou-se também o curso técnico em Enfermagem e em 2002, o curso em nível médio para militantes do setor de Comunicação. Com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, o movimento desenvolve um Programa de Educação Ambiental para lideranças, professores e técnicos de áreas de assentamentos. Junto com o fotógrafo Sebastião Salgado, estão construindo uma escola técnica ambientalista no município de Aimorés - MG.

Pela necessidade de preservar o meio ambiente, as famílias sem terra lançaram em setembro de 1999 as sementes bionatura, produzidas sem a utilização de nenhum tipo de agrotóxico ou insumo químico. Há ainda diversas experiências de preservação de mata, como no Pontal do Paranapanema - SP e a produção de ervas medicinais.

Em solidariedade aos povos que sofreram com desastres naturais, o MST enviou sementes à Venezuela e a Cuba. Em parceria com o governo cubano, 48 militantes do MST cursam medicina na Escola Latino-Americana de Medicina, em Cuba.

Em 4 fevereiro de 2002, participando da abertura da Campanha Continental contra a Alca, o MST iniciou uma marcha que contou com a

participação de mais de cinquenta mil pessoas durante o Fórum Social Mundial. A marcha foi organizada pela Via Campesina, organização camponesa internacional, em sintonia com a Via Campesina no Brasil, composta por diversos movimentos sociais do campo.

A campanha, organizada nacionalmente por diversas entidades, movimentos e pastorais sociais da Igreja, do campo e da cidade, teve seu auge durante o plebiscito nacional sobre a Alca, no qual mais de dez milhões de pessoas disseram três vezes não ao projeto norte-americano de dominação das Américas.

Consolidando o caráter internacionalista de solidariedade aos povos oprimidos, três membros da Via Campesina – entre eles um do MST – passaram três semanas sitiados dentro do quartel-general de Yasser Arafat na Palestina. No Brasil, as famílias trabalhadoras sem terra promovem diversos atos junto à comunidade palestina, pedindo a paz e o fim dos ataques de Israel. Como expressão da solidariedade, cem bolas de futebol produzidas pelo MST foram entregues às crianças palestinas.

O MST não está isolado na luta por um Brasil e uma América Latina livres. Além de estar em sintonia com diversos movimentos do campo e da cidade no país, o MST sempre teve contato com movimentos e países que

abraçam a mesma causa. É o caso de Cuba, na qual se aprendem os ensinamentos das grandes lições sobre cooperativismo.

Juntamente com todos os movimentos camponeses da América Latina, o MST faz parte da Coordenadora Latino-Americana de Organizações Camponesas (CLOC), organizada a partir de 1992, com as comemorações/protestos dos quinhentos anos da invasão da América Latina.

O MST, em parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), promoveu a Semana Nacional de Cultura, de 18 a 24 de março de 2002, no Rio de Janeiro. Foram dias de debates sobre cultura, agricultura e apresentações culturais, enfatizando a riqueza do povo brasileiro. Acampados e assentados do Brasil todo participaram e mostraram os frutos da reforma agrária.

Em 1996, efetivamente implantaram a proposta de agroindustrialização. São duas unidades de beneficiamento de leite em assentamentos, com capacidade de 1 200 litros de leite por dia, sendo a produção toda vendida no mercado regional. Iniciou-se o processo de industrialização de erva-mate e fubá e empacotamento de grãos, como feijão e arroz. Atualmente, são cinco mil famílias assentadas em 125 assentamentos, distribuídos em 46 municípios do estado de Santa Catarina.

Considerações provisórias

Ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, norteados pelo projeto, deparamo-nos com situações que explicitaram lacunas não previstas no planejamento, o que demandou esforços extras por parte da equipe envolvida. Foi o caso da identificação de imagens, que necessitavam de pesquisa junto a lideranças dos próprios movimentos, que, justamente por serem personagens cuja atuação remonta ao período de formação inicial, detinham informações singulares acerca dos registros fotográficos. Porém, na mesma medida em que têm conhecimento de fatos significativos, antigas lideranças tornaram-se atualmente figuras expoentes política e socialmente, resultando numa grande dificuldade em conciliar agendas e estabelecer ações que se inserem num outro ritmo, como o caso da pesquisa, que demanda um tempo considerável e muito diverso do vivenciado cotidianamente por essas pessoas.

Assim, tais questões constituíram-se num dos principais entraves à fluência do cronograma de trabalho definido quando da proposição do projeto. Por outro lado, é justamente por eventos como esse que a pesquisa é necessária, pois de outra maneira tais informações estariam sujeitas ao desaparecimento. Era necessário dedicar o tempo à pesquisa tanto quanto à orga-

nização e disponibilização dos acervos. Esse era o nosso objetivo e tínhamos ciência de que tal proposição exigiria readequação e ajustes ao longo do próprio desenvolvimento das atividades.

Ressaltamos que o encerramento do prazo legal do contrato não encerra as nossas atividades, pois esse é um trabalho contínuo, que transcende os limites determinados pelo projeto que encerra. Por essa razão, simultaneamente ao desenvolvimento deste projeto, iniciamos um projeto de digitalização dos acervos existentes no Ceom e a sua disponibilização *on line*, no intuito de proteger as cópias físicas do manuseio excessivo. Este projeto financiado pela Caixa Econômica Federal através do Programa Apoio a Entidades Culturais.

Além de facilitar o acesso e agilizar a pesquisa documental, tais ações são ainda pensadas de modo a promover a inclusão da comunidade, difundindo conhecimentos e criando condições diversas de interação com os acervos sob a guarda do Ceom.

Movimentos sociais no acervo do Ceom

ABATTI, Maria, B. L. *A questão agrária em Abelardo Luz*. Monografia (Especialização em História Regional) - Unoesc, Chapecó, 2000.

ANDRADE, Mayley O.; OLIVEIRA, Josiane R. Organização e vida no assentamento

Santa Rosa I, município de Abelardo do Luz. Trabalho de conclusão de curso em História, Unoesc - Chapecó, 1992.

BIANCHI, Jaime; ZANINI, Rogério L. Relatório de estágio: a importância do movimento de mulheres agricultoras e sua construção para toda classe trabalhadora. Unoesc, 2000.

CASAGRANDE, Jacir L. Movimentos sociais do campo: mulheres agricultoras em Santa Catarina. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

CADATEN, Noeli; SCHNEIDER, Maria K. Educação no assentamento 29 de Outubro. Trabalho de conclusão de curso.

CECHETTI, Angela M. de L.; SCHEREGELE, Marli. Trabalhos, lutas e sonhos: experiências e solidariedade de homens e mulheres no processo (re)assentamento. Trabalho de conclusão de curso em História. Unochapecó, 1999.

COCCO, Solange J.; JORDAN, Odete. Histórico do movimento sem terra do Oeste de Santa Catarina, História. Unoesc, Chapecó, 1995.

CORADIN, Ana C. A importância econômica dos assentamentos para o município de Abelardo Luz. Trabalho de conclusão de curso em História. Unochapecó, 2003.

CORTE, Nélio J. D. A história da ocupação da fazenda Burro Branco. Monografia (Especialização em História) - Unoesc, Chapecó, 1997.

FERRARI, Márcia. Representação simbólica do movimento de mulheres agricultoras de Santa Catarina. Trabalho de conclusão de curso em História. Unochapecó, 2003.

FREYER, Dirce O.; TASCA, Olinda M. S. História e memória e luta pela terra. Trabalho de conclusão de curso em História. Unochapecó, 2000.

GALEAZZI, Hermes; MAZUTTI, Ernesta C. Assentamento 29 de Outubro: uma caminhada de lutas e conquistas. Trabalho de conclusão de curso em História. Unoesc, Chapecó, 1996.

LAZZAROTTO, Márcia. As mulheres do assentamento: conquista na fronteira histórica de lutas e conquistas. Trabalho de conclusão de curso em História. Unochapec, 2003.

LISBOA, Teresa Kleba. *A luta dos sem terra no Oeste Catarinense*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988. 178p. (co-edição).

MATTOS, Claudete T. de; PIOVEZAN, Luiza U. Assentamento conquista da fronteira: uma história de luta com a participação da mulher. Trabalho de conclusão de curso em História. Unoesc, Chapecó, 1999.

MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: Ediupf, 1997. 241p.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256p.

PICCININI, Cleusa M.; STRADIOTTI, Maria S. M. O processo de produção no assentamento 29 de Outubro, em Trindade do Sul - RS, 1991-1995. Trabalho de conclusão de curso em História. Unoesc, Chapecó, 1992.

REVISTA da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), ano 18, n. 3, dez. 1988 a mar. 1989.

POLI, Odilon Luiz. *Aprendendo com as próprias pernas: o processo de mobilização nos movimentos sociais do Oeste Catarinense*. Dissertação (Mestrado) - Unicamp, Campinas, 1995.

SARETTA, Leonilde M. Organização e luta: a conquista da terra no assentamento Rosário Romelândia, Oeste de SC - 1980-1990. Trabalho de conclusão de curso em História. Unochapecó, 2000.

STRAPAZZON, João Paulo L. *E o verbo se fez terra: movimento dos trabalhadores rurais sem terra (SC) 1980-1990*. Chapecó: Grifos, 1997. 109p.

SILVA, Cristiani Bereta da. *Homens e mulheres em movimento: relações de gênero e subjetividade no MST*. Florianópolis: Momento Atual, 2004. 182p.

SCHWADE, Elisete. *A luta não faz parte da vida ...e a vida: projeto político religioso de um assentamento no Oeste Catarinense*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1993.

TONELLO, Ademir. *O movimento de mulheres agricultoras de Santa Catarina 1983-1995*. Monografia (Especialização em História Regional) - Unoesc, Chapecó, 1999.

Abstract

We present in this space some results of the development of the project "Preservation and value of CEOM's collection - Santa Catarina's West Cultural Patrimony: knowledge, citizenship and social inclusion, developed with BNDES support. It was thought and executed by the Santa Catarina's West Memory Centre - Ceom, permanent research and extension program of Unochapec. This production happens of the hygienization, catalogue and research, in the collections produced by the Landless Rural Workers Movement and the Movement of Countrywomen, social movements born in a strict relationship with the regional development historic process.

Key words: Collection organization. Social movements. Memory centre.

Referências

CAMARGO, Maria de Almeida; BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Núcleo regional de São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1996.

GONÇALVES, Janice. *Como organizar documentos de arquivo*. (Oficina) Promoção: Associação de Arquivista de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2006.

GONÇALVES, Janice. Arquivos no presente: o lugar da história. *Cadernos do Ceom*, Chapecó: Argos, n. 22, 2005.